

Um realismo modal genuíno impossibilista?

A genuine, impossibilist modal realism?

Prof. Dr. César A. Mortari*

RESUMO: Este artigo, de caráter expositivo, considera a questão de se o realismo modal genuíno de David Lewis pode ser expandido a um realismo genuíno impossibilista por meio do acréscimo à ontologia de mundos impossíveis. Para tanto, caracterizaremos, primeiro, o papel desempenhado por mundos possíveis na análise de noções modais, seguido de uma exposição resumida da concepção realista genuína de David Lewis. Finalmente, consideraremos um realismo impossibilista tal como sugerido por T. Yagisawa, argumentando que tal extensão do realismo genuíno não é sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Mundos possíveis. Realismo modal genuíno. Mundos impossíveis.

ABSTRACT: This paper, whose character is mainly expositive, considers the question whether David Lewis's genuine modal realism can be expanded to an impossibilist genuine realism by adding impossible worlds to the ontology. We will first characterize the role played by possible worlds in analysing modal notions, and afterwards make a short exposition of Lewis's realist views about possible worlds. Finally, we will consider an impossibilist realism such as the one suggested by T. Yagisawa, arguing that such an extension of genuine modal realism is not tenable.

KEYWORDS: Possible worlds. Genuine modal realism. Impossible worlds.

1. Modalidades e mundos possíveis

Expressões modais (ou modalidades), como podemos facilmente ver através de alguns exemplos, estão por toda a parte:

- (1) Necessariamente, Quine é ou não é um filósofo.
- (2) Quine, sendo essencialmente humano, não poderia ser um ovo cozido.
- (3) Não dá para viajar mais rápido que a luz, como em *Star Trek*.
- (4) O João deve estar em Camaquã.
- (5) Você tem que fazer sua declaração de renda.

No primeiro caso, a expressão 'necessariamente' está sendo usada para exprimir a noção modal de necessidade *lógica*. Intuitivamente, parece, o que estamos dizendo é que 'Quine é ou não é um filósofo' é uma verdade necessária por ser uma instância de um princípio lógico bem conhecido, o princípio do terceiro excluído. Temos aqui também um exemplo do que se chama uma atribuição modal *de dicto*, pois afirma-se de uma proposição que ela é necessária.

Em (2), porém, a impossibilidade de que estamos falando ('não poderia ser') é um outro tipo de modalidade. Dizemos que Quine não poderia ser um ovo cozido por ser *essencialmente* humano. Contingentemente, ou acidentalmente, ele é (ou era) um filósofo, mas poderia ter deixado de ter essa

* (UFSC) Professor convidado da V Semana Acadêmica do PPG - Filosofia - PUCRS - Contato: cmortari@cfh.ufsc.br

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	--------

propriedade e ter uma outra, como ser um jogador de futebol. No entanto, ainda que imaginá-lo sendo um ovo cozido não viole nenhuma lei lógica, parece-nos impossível que ele fosse tal coisa e continuasse sendo Quine. A (im)possibilidade aqui envolvida parece ser *metafísica*, e, neste exemplo, representa o que chamaríamos de uma atribuição modal *de re*: uma entidade possui uma propriedade de forma essencial¹.

Já em (3) a expressão ‘não dá para’ está claramente expressando uma impossibilidade *física*: se a teoria da relatividade estiver correta, não é possível deslocar-se mais rápido do que a luz. Note-se, mais uma vez, que isso é logicamente possível — não há uma contradição envolvida em imaginar que possamos ir de um ponto a outro no universo, como na *Enterprise*, em menos tempo do que a luz precisaria para percorrer a mesma distância. Mas não é fisicamente possível fazer tal coisa.

Em (4) temos o que se denomina uma modalidade *epistêmica*: se afirmo (4), dou a entender que, tanto quanto eu saiba a respeito das atividades de João, ele viajou e está agora em Camaquã. Isso decorre de meus conhecimentos e/ou crenças a respeito de João. E finalmente, em (5) temos uma modalidade *deôntica*, que diz respeito a normas — a necessidade (‘tem que’) de fazer a declaração de renda diz respeito à legislação vigente no país.

Em alguns outros casos as modalidades podem não estar tão explícitas. Por exemplo:

- (6) Este copo é frágil.
- (7) Esse argumento é válido.

Um copo frágil é um copo que *pode* ser quebrado, ou *pode* quebrar-se; a modalidade está aparente no sufixo ‘-il’. Por outro lado, a afirmação em (7), feita, digamos, a respeito de algum argumento, parece não envolver modalidades. Entretanto, se recordarmos a noção intuitiva que temos de validade, diremos que um argumento é válido se *não é possível* que suas premissas sejam verdadeiras e sua conclusão falsa. A modalidade agora fica explícita. Podemos, é claro, dizer que o argumento em questão é válido por *não haver nenhum modelo* (para a linguagem do argumento) em que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa — mas aí estaremos quantificando, obviamente, não apenas sobre modelos que de fato tenham sido construídos, mas sobre todos os modelos *possíveis*. O recurso a uma noção modal parece inevitável (o que é mais uma modalidade)².

Dada a profusão de expressões modais ocorrendo na linguagem ordinária, coloca-se a questão de como entender tais noções modais. Mais particularmente: quais são as condições de verdade para sentenças em que ocorrem expressões modais (como ‘pode’ e ‘tem que’ etc.)? Ao dizer que Quine é essencialmente humano pretendemos estar afirmando algo verdadeiro a respeito de Quine — algo mais do que o simples afirmar a humanidade de Quine — e deve haver alguma coisa (um fundamento ontológico) que faça com que tal afirmação seja verdadeira. O que seria isso?

Uma solução proposta é recorrer à noção de *mundos possíveis*, uma ideia já tradicional na história da filosofia — usualmente associada a Leibniz em virtude de sua análise da necessidade como verdade em todos os mundos possíveis, e possibilidade como verdade em pelo menos algum (e quem não leu a sátira à sua ideia de que “este é o melhor dos mundos possíveis” feita por Voltaire em *Candide*?) — mas de fato já presente desde a Idade Média. Na lógica, mundos possíveis foram

1 É claro que podemos considerar modalidades *de dicto* como um caso especial de modalidades *de re*, pois estaríamos igualmente atribuindo a alguma entidade (uma proposição) uma propriedade modal (é necessária).

2 Uma alternativa, claro, seria uma posição platônica em que todos os modelos de fato já existem; estaríamos então quantificando sobre entidades reais (ainda que, talvez, abstratas).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

introduzidos em meados do século XX por Saul Kripke ao apresentar semânticas para várias lógicas modais (lógicas que até então apareciam apenas na forma de sistemas axiomáticos). A ideia central é a de que há um “universo” de mundos possíveis e que expressões modais em geral consistem em quantificação sobre mundos possíveis. Assim:

Necessariamente, Quine é ou não é um filósofo	⇔	em todos os mundos possíveis, Quine é ou não é um filósofo.
Quine é essencialmente humano	⇔	em todos os mundos possíveis em que Quine existe, Quine é humano.
Quine é poderia ser um jogador de futebol	⇔	em algum mundo possível, Quine é um jogador de futebol.

Necessidades, assim, correspondem ao *quantificador universal* e possibilidades ao *quantificador existencial*.

No segundo exemplo acima, a restrição de que Quine seja humano em todos os mundos em que ele existe (em oposição a ser humano em todos os mundos) tem a ver com a distinção entre propriedades *essenciais* e *necessárias* — uma propriedade necessária sendo aquela que um indivíduo tem em todos os mundos, e uma propriedade essencial sendo uma sem a qual o indivíduo não pode existir. Se Quine fosse humano em absolutamente todos os mundos, ele seria uma espécie de ente necessário (por existir em todos os mundos), o que Quine certamente não era.

Outras modalidades, como epistêmicas e deônticas, também podem ser tratadas por meio de mundos possíveis. Por exemplo:

Você tem que fazer sua declaração de renda	⇔	em todos os mundos deonticamente acessíveis, você faz sua declaração de renda.
Pode ser que a Maria tenha ido para casa	⇔	em algum mundo que é uma alternativa epistêmica (para o falante), a Maria foi para casa.

No primeiro caso, o escopo do quantificador universal (‘em todos os mundos’) restringe-se àqueles mundos que são deonticamente acessíveis: mundos *deonticamente ideais*, isto é, mundos em que todas as obrigações são cumpridas. No segundo, estamos quantificando apenas sobre aqueles mundos que são alternativas epistêmicas para o falante (mundos compatíveis com o estado de conhecimento do falante).

Além do acima mencionado, mundos possíveis também permitem apresentar condições de verdade para condicionais contrafactuais. Por exemplo, lembrando a última Copa do Mundo, poderíamos afirmar que:

(8) Se o Parreira não fosse o técnico, a África do Sul tinha passado para as oitavas de final.

Enunciados desse tipo não são adequadamente representados por meio da implicação material, já que todo enunciado de implicação material com antecedente falso é automaticamente verdadeiro.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

Em termos de mundos possíveis, porém, as condições de verdade para (8) acima podem ser formuladas como:

Se o Parreira não fosse o técnico, a África do Sul teria passado para as oitavas de final \Leftrightarrow em todos os mundos suficientemente próximos ao mundo real nos quais Parreira não era o técnico, a África do Sul passou para as oitavas de final.

A restrição a mundos suficientemente próximos tem a seguinte razão de ser: quando pensamos em uma situação contrafactual em que Parreira não é o técnico, consideramos que *nesse particular* tal situação é diferente dos fatos, mas que todo o resto permanece mais ou menos como no mundo real. Nos mundos em que não há vida na Terra, Parreira certamente não era o técnico, mas mundos como esse não interessam (para a análise do contrafactual) por diferirem demais do mundo real. Ao afirmar (8) certamente não pretendíamos dizer que “mesmo que não houvesse vida na Terra — mesmo que a Terra não existisse! — a África do Sul teria passado para as oitavas de final”. Também excluíamos todos aqueles mundo em que Parreira não era o técnico porque o futebol nunca foi inventado, etc.

Como ainda um outro exemplo da utilidade da noção de mundos possíveis temos a análise de significados. Ao que tudo indica, o significado de um termo deve ser mais do que apenas sua extensão. Os termos ‘centauro’ e ‘unicórnio’ sabidamente não têm o mesmo significado (ou seja, não são sinônimos), contudo, sua extensão é a mesma: o conjunto vazio. Uma alternativa para contornar essa dificuldade seria postular uma entidade intensional, o sentido (*Sinn*) de uma expressão, como o faz Frege. Mas o mesmo efeito talvez possa ser alcançado, mantendo-se a extensionalidade, por meio do emprego de mundos possíveis. Se considerarmos as extensões de ‘centauro’ e ‘unicórnio’ levando em conta não somente o mundo real, mas *todos os mundos possíveis*, veremos que correspondem a conjuntos distintos (há mundos em que existem centauros, e também unicórnios, que não são as mesmas entidades). Assim, poderíamos manter uma análise extensional dos significados das expressões — bastando ter mundos possíveis.

O mesmo vale para as intensões de sentenças (usualmente associadas a proposições). (9) e (10) têm a mesma extensão, ou seja, o mesmo valor de verdade:

(9) A Itália empatou com a Nova Zelândia na Copa de 2010.

(10) A França perdeu para a África do Sul na Copa de 2010.

Contudo, essas sentenças têm diferentes intensões (expressam diferentes proposições). Se modelarmos uma proposição como um conjunto de mundos possíveis, nosso problema estaria resolvido: há mundos em que a Itália empatou, mas a França não perdeu etc. (9) e (10) corresponderiam a diferentes conjuntos de mundos.

Aplicações de mundos possíveis, assim, são numerosas³. Em consequência, fica a pergunta a respeito de que coisas são essas, esses “mundos possíveis”, caso contrário nossas análises de expressões modais pareceriam ser explicações por “virtude dormitiva”. No caso das lógicas modais, a semântica apresentada é uma semântica formal: um modelo é apenas uma tripla (W, R, V) em que W é

3 Para mencionar ainda outras aplicações de que não trataremos aqui, temos a obra de Alvin Plantinga, que usa a noção de mundos possíveis para analisar problemas como a benevolência divina e a existência do mal, bem como um argumento modal para a existência de Deus. Ver PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1974, capítulos IX e X.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

um conjunto não vazio — qualquer conjunto não vazio, inclusive um conjunto de latas de cerveja⁴. Mas o que faz então com que certo sistema formal seja uma lógica modal, se os operadores modais podem estar quantificando sobre latas de cerveja? Nas palavras de Alvin Plantinga, precisaríamos de uma “semântica informal” (ou depravada) contrapondo-se à pura semântica formal — uma semântica em que *W* é de fato um conjunto de mundos possíveis. Só neste sentido poderíamos estar falando de uma lógica modal, só neste sentido teríamos uma interpretação para os operadores modais⁵.

As posições filosóficas a respeito do que sejam mundos possíveis variam muito. Apenas para exemplificar, eles podem ser: descrições de estado, conjuntos maximais de proposições ou de sentenças, entidades mentais, mundos genuínos, estados de coisas maximais possíveis, ficções úteis, ou simplesmente não existem. A concepção que nos interessa examinar aqui, no entanto, é o realismo modal de David Lewis.

2. O realismo modal genuíno de David Lewis

De acordo com David Lewis, a totalidade do que existe não se restringe ao nosso mundo real; há uma infinidade de outros mundos como o nosso. Ou seja, nosso mundo — esse grande aglomerado espaçotemporal inclui a nós e todas as entidades que estejam a alguma distância espaçotemporal de nós — é apenas um entre uma infinidade de mundos possíveis. Os demais mundos não são algum tipo de entidade abstrata nem tem algum “outro tipo de existência”: são o mesmo tipo de entidade que o nosso mundo, existem do mesmo modo que o nosso mundo, e são tão “concretos” quanto ele (ao menos, a maioria é, supondo-se que esteja claro o que se queira dizer com “concreto”). Assim, alguns autores caracterizam a posição de Lewis como um “realismo modal concretista”; outros a chamam de “realismo extremo” ou até mesmo de “meinongianismo”⁶.

Lewis apresenta sua concepção realista em diversos artigos e livros, mas as formulações mais detalhadas encontram-se particularmente no capítulo 4 de *Counterfactuals* (1974) e no livro *On the Plurality of Worlds* (1986), que pode ser considerado uma expressão mais madura de seu pensamento a respeito — exceto alguns refinamentos propostos posteriormente em alguns outros artigos.

A posição de Lewis a respeito do estatuto ontológico dos mundos possíveis é uma posição realista genuína: sua tese é simplesmente a de que os outros mundos possíveis e seus habitantes existem e isso não é um modo metafórico de falar; essa afirmação de existência deve ser literalmente entendida: do mesmo modo como dizemos que existem planetas e estrelas, abelhas e flores, existem mundos possíveis. Essa é uma tese, portanto, ontológica⁷.

Ademais, Lewis insiste em que sua posição é o *único* realismo modal genuíno (no que, penso, ele tem razão). Outras posições também denominadas “realistas” são, para ele, apenas “ersatzismos”, posições que substituem mundos possíveis por algum outro tipo de entidade filosoficamente mais palatável (como conjuntos de proposições ou de estados de coisas, etc.). Os outros mundos possíveis

4 *R* e *V* são, respectivamente, uma *relação de acessibilidade* e uma *valoração*.

5 Cf. PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1974, p.127.

6 Cf. LYCAN, W. “The trouble with possible worlds.” In LOUX, M. J. (Ed.) *The Possible and the Actual: Readings in the Metaphysics of Modality*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1979, 274-316, p.290. A denominação “meinongianismo”, porém, é equivocada, já que não se pode classificar Lewis como um meinongiano: ele não admite a existência de *objetos impossíveis*, nem de *objetos incompletos*. Tampouco há, para Lewis, uma distinção no *modo* de existência de objetos reais e *possíveis*.

7 Lewis também defende uma tese *epistemológica*, a de que *sabemos* que existem os outros mundos. Mas essa, evidentemente, é uma outra tese.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

são da mesma espécie que o nosso; eles não têm algum tipo diferente de existência nem são alguma outra coisa. Se, por exemplo, os outros mundos fossem conjuntos consistentes de sentenças, nosso mundo real também seria um — e certamente não o é. A diferença entre nosso mundo, e entre os diferentes mundos, é simplesmente que coisas diferentes acontecem neles. Há mundos em que Quine é um jogador de futebol. Ou em que não há vida na Terra. Ou em que os dinossauros ainda reinam, e assim por diante.

Sendo os outros mundos o mesmo tipo de entidade que o nosso mundo real, e o nosso apenas mais um entre infinitamente tantos outros, o que o torna, então, assim tão especial? O que faz com que ele seja, à diferença dos demais, o “mundo real”? O que ele tem que o separa dos demais?

Outras concepções de mundos possíveis diriam que o mundo real⁸ é o único que de fato existe, que é concreto, ao passo que todos os demais são apenas abstrações. Esta solução, contudo, não faz sentido para Lewis, já que os demais mundos não são abstrações e todos eles existem do mesmo modo que o mundo real existe. Portanto, a única coisa que o nosso mundo tem de especial é o fato de ser o *nosso* mundo, isto é, o mundo onde nos encontramos, o mundo do qual somos parte, o mundo que habitamos. O mundo real, o nosso mundo, consiste em “nós e nossos arredores”⁹. ‘Real’ é um dêitico, como ‘eu’ ou ‘aqui’ ou ‘agora’: depende, para sua referência, das circunstâncias de proferimento, a saber, o mundo onde o proferimento está localizado¹⁰. Assim, a referência da expressão ‘real’ vai depender simplesmente do mundo em que o falante se encontra: indica sempre o mundo do falante. Dizer que ‘existem realmente cavalos’, e que ‘centauros não são reais’ é um modo de falar restrito, como dizer que toda a cerveja está na geladeira — o que, tomado literalmente, irrestritamente, é falso, já que há mais cerveja no mundo além daquela que está na geladeira. Ao afirmar que centauros não existem, estamos restringindo automaticamente o domínio de quantificação: queremos dizer que eles não existem *realmente*, ou seja, que não existem em nosso mundo. Sem essas restrições, claro, centauros *existem*: em algum outro mundo que não o nosso.

Em vista desse seu defender a existência de objetos que meramente possíveis, Lewis também é qualificado como um *possibilista* (ou seja, alguém que defende a existência de *possibilia* — objetos meramente possíveis, não realizados), ao contrário de outros autores, como Plantinga, que são *atualistas* (para quem não existem, e nem poderiam existir, objetos meramente possíveis — tudo o que existe é real).

Se os outros mundos são da mesma espécie que o nosso, poderíamos pensar neles como se fossem planetas distantes; isso, contudo, não é inteiramente correto, já que não podemos dizer que os outros mundos estejam distantes do nosso, e nem mesmo que estejam perto. Em resumo, não há relações espaçotemporais de espécie algum entre os mundos. Igualmente, não há relações causais.

Nosso mundo inclui tudo o que está a alguma distância no espaço ou no tempo de nós. Se um outro mundo estivesse a alguma distância espaçotemporal de nós, então faria parte do nosso mundo, faria parte da realidade. E nesse caso a análise de expressões modais estaria incorreta: (meras) possibilidades são *alternativas* à realidade e não parte dela.

Assim, os mundos não são espaçotemporalmente acessíveis entre si. Se tomarmos a totalidade de tudo o que existe, ela pode ser particionada em aglomerados maximais de indivíduos que estão

8 O termo usado em inglês é *actual*, cuja tradução portuguesa usual é ‘real’. Lewis também usa a palavra inglesa *real*, mas em poucas ocasiões. Há sugestões de traduzir *actual* por ‘atual’, mas esta palavra tem em português conotações temporais (‘presente’) e prefiro evitá-la.

9 Cf. LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p.2

10 Cf. LEWIS, D. K. *Counterfactuals*. Oxford: Basil Blackwell, 1974, p.85-6.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

espaçotemporalmente relacionados — esses aglomerados são os mundos. Dois indivíduos que não se encontram em nenhum tipo de relação espaçotemporal pertencem a mundos diferentes.

De um lado, a razão para isso é óbvia. Se dois indivíduos a e b estão espaçotemporalmente relacionados, obviamente eles pertencem ao mesmo mundo. Assim, estar numa relação espaçotemporal já é uma condição suficiente para que dois indivíduos sejam, para usar o termo de Lewis, indivíduos co-mundanos (*worldmates*). É, contudo, uma condição necessária? Dois indivíduos não espaçotemporalmente relacionados poderiam, apesar disso, fazer parte de um mesmo mundo?

Dito de outra forma, nosso mundo (ou algum mundo) não poderia consistir em dois ou mais espaço-tempos, totalmente isolados um do outro? Essa parece ser uma possibilidade razoável e, se nosso mundo *poderia* ser assim, então algum mundo *é* assim. Hoje em dia, inclusive, temos uma interpretação da mecânica quântica que sugere a existência de universos paralelos — nosso mundo não seria um universo, mas um *multiverso*.

Há, contudo, uma diferença. Podemos pensar em outros mundos como universos paralelos, desde que não haja nenhum tipo de interação entre eles — nenhuma interação causal. Tais interações, porém, aparentemente ocorrem entre as partes do multiverso da mecânica quântica (supondo-se correta essa interpretação). A estrutura de nosso mundo, assim, seria mais complexa do que imaginamos, mas ele não consistiria em espaço-tempos completamente isolados. Essa aparente possibilidade é rejeitada por Lewis.

A razão para isso é que ele é forçado a optar entre admitir uma relação primitiva de pertencer a um mesmo mundo, ou reduzi-la a relações espaçotemporais — e ele prefere a segunda alternativa. A razão é simples. Como bem aponta M. Jubien¹¹, se um mundo inclui mais de uma região espaçotemporal isolada, então não há razão para que não inclua todas elas. O que justificaria então a divisão entre os mundos? Simplesmente dizer que tais ou quais regiões constituem um mundo, e as demais não, seria certamente misterioso e insatisfatório. Lewis poderia fazer recurso a uma relação primitiva de co-mundaneidade, mas é difícil de imaginar o que seria tal relação. Ele prefere, assim, rejeitar a possibilidade de espaço-tempos distintos em um único mundo, e unifica os mundos como aglomerados espaçotemporais. Deste modo, temos que a e b pertencem ao mesmo mundo se, e somente se, há alguma relação espaçotemporal entre a e b .

Mundos possíveis são também indivíduos possíveis — mas são, de certa forma, os “maiores” que existem. Um mundo é a soma mereológica (ou fusão) de todos os indivíduos que contém. Dados dois indivíduos quaisquer, sempre é possível formar um novo indivíduo que é a soma mereológica dos dois. Contudo, nem toda soma mereológica de indivíduos, como diz Lewis, é um mundo possível. Algumas são apenas partes de mundos possíveis. A soma da Terra e da Lua, por exemplo, não é um mundo possível, mas uma parte do nosso mundo.

Há que considerar ainda que certas somas não constituem indivíduos possíveis. A soma mereológica do nosso Sol e algum outro indivíduo pertencente a um outro mundo constitui, diz Lewis, um indivíduo. Mas um tal indivíduo não é um indivíduo possível. Para ser considerado um indivíduo possível, algo tem que ser um mundo ou estar inteiramente em um mundo — ser totalmente parte de um mundo.

A concepção de que mundos possíveis sejam unificados espaçotemporalmente, e sejam tão concretos como o nosso traz algumas consequências para o chamado “problema da identidade transmundana”: a análise usual de ‘Quine poderia ter sido um jogador de futebol’ é apontar para algum

11 JUBIEN, M. “Problems with Possible Worlds.” In AUSTIN, D. F. (Ed.) *Philosophical Analysis*. Dordrecht: D. Reidel, 1988, p.299-322, cf. p.305.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

outro mundo possível que não o nosso, tal que, nesse mundo, Quine é um jogador de futebol — mas como saber se o Quine que é um filósofo em nosso mundo e o Quine que é um jogador de futebol em algum outro são o mesmo indivíduo? Ademais, isso parece pressupor que Quine possa habitar mais de um mundo (na verdade, um número infinito de mundos).

Segundo Lewis, porém, indivíduos são restritos ao mundo em que se encontram (*worldbound*). Nada mais natural: se os outros mundos são da mesma espécie que o nosso, seria estranho supor que indivíduos pudessem estar em dois ou mais deles — é como se alguém pudesse estar inteiramente na Terra e também estar inteiramente em algum planeta distante. Seria igualmente estranho supor que um indivíduo tenha uma parte no mundo real e outras partes espalhadas pelo espaço lógico (o conjunto de todos os mundos) afora, pois teríamos um indivíduo sem conexões causais entre suas partes próprias¹².

Como explicar, então, que Quine poderia ter sido um jogador de futebol, se Quine existe apenas *neste* mundo, no qual ele *não é* um jogador de futebol? A solução de Lewis encontra-se em sua teoria das contrapartes (*counterpart theory*). Indivíduos existem na verdade apenas em um mundo, mas têm *contrapartes* em vários outros mundos. Uma contraparte de Quine em um mundo w que não o mundo real é aquele dentre os indivíduos em w que mais se parece com Quine. Assim, Quine poderia ter sido um jogador de futebol se, em algum mundo possível w , há uma contraparte de Quine que é jogador de futebol.

A relação de contrapartes não é uma relação de identidade, mas sim uma relação de similaridade e, neste sentido, uma relação vaga — que indivíduo em w é o mais parecido com Quine? Pode haver, admite Lewis, até mais que um. Mas esta vagueza da relação de contrapartes é como deveria ser: o contexto em que afirmações modais são feitas tem a função de resolver as ambiguidades — tal como, por exemplo, o contexto determina sobre que Aristóteles estaríamos falando, o filósofo ou o milionário, ou se a França é ou não hexagonal.

Em resumo, para David Lewis temos um universo com incontavelmente muitos (pelo menos 2^c , onde c é a cardinalidade do contínuo) mundos possíveis, tão “concretos” quanto o nosso, diferindo apenas no que ocorre neles. Para cada modo em que o nosso mundo *poderia* ser, por minúsculo que seja, há um mundo que *é* assim. Não é de admirar, portanto, que um dos problemas encontrados pelo realismo modal genuíno tenha a ver com a aceitação (ou falta dela) dessa incrível profusão de mundos possíveis genuínos. Existem *mesmo* todos esses mundos? Que argumentos usa David Lewis para sustentar sua tese ontológica da existência de outros mundos possíveis além do nosso?

Há dois argumentos principais, os chamados *argumento da paráfrase* e *argumento da utilidade*. O argumento da paráfrase aparece em *Counterfactuals* e é assim formulado:

É uma verdade incontroversa que as coisas poderiam ser diferentes do que são. Acredito, e você também, que as coisas poderiam ter sido diferentes de incontáveis modos. Mas o que significa isto? A linguagem ordinária permite a paráfrase: há muitos modos como as coisas poderiam ter sido, além do modo como realmente são. A julgar pela aparência, esta sentença é uma quantificação existencial. Ela diz que existem muitas entidades que satisfazem à descrição: ‘modos como as coisas poderiam ter sido’. Acredito que as coisas poderiam ter sido diferentes de incontáveis modos; acredito em paráfrases permissíveis daquilo em que acredito; tomando a paráfrase em seu valor nominal, acredito, portanto, na existência de

12 Cf. LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986, cap.4, onde Lewis argumenta demoradamente contra a ideia de que indivíduos possam existir em vários mundos, seja por estarem inteiramente em vários mundos, ou ter partes em vários mundos.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

entidades que poderiam ser chamadas ‘modos como as coisas poderiam ter sido’. Prefiro denominá-las ‘mundos possíveis’.¹³

Lewis não considera um princípio inviolável tomar quantificações existenciais aparentes da linguagem ordinária em seu valor nominal. Mas pode-se fazer isso, exceto se (i) isso sabidamente leva a problemas e (ii) as alternativas não levam. Em sua opinião — e Lewis argumenta demoradamente em favor disso —, o realismo genuíno não leva a problemas sérios e, se examinarmos as análises rivais, veremos que elas são ainda mais problemáticas do que possa ser o realismo genuíno¹⁴.

O segundo argumento é o chamado argumento da utilidade, explicitado em *On the plurality of worlds*:

Por que acreditar em uma pluralidade de mundos? — Porque a hipótese é útil, e essa é uma razão para pensar que seja verdadeira. (...) Ela oferece uma melhoria no que Quine denomina ideologia, paga com a moeda da ontologia. É uma oferta irrecusável. O preço está certo; os benefícios em unidade e economia teóricas bem valem as entidades.¹⁵

Para resumir, as vantagens do realismo modal genuíno são as seguintes: (i) análises sistemáticas e unificadas: uma única ontologia abrangente; (ii) plausibilidade da análise: as análises funcionam melhor que rivais; e (iii) extensionalismo modal: as análises são puramente extensionais: não se recorre a entidades intensionais, como propriedades e proposições¹⁶.

3. Deficiências da abordagem de mundos possíveis

Apesar da grande utilidade para o tratamento de questões filosóficas propiciada pela abordagem de mundos possíveis, constatamos que ela também apresenta alguns problemas e deficiências. Para começar, proposições necessárias são indistinguíveis, e o mesmo acontece com proposições impossíveis. Consideremos o seguinte:

(11) Há um contraexemplo para o Teorema de Fermat.

(12) $1 = 0$.

Seria natural afirmar que (11) e (12) expressam diferentes proposições. Afinal de contas, João pode acreditar que há um contraexemplo para o Teorema de Fermat, mas não acreditar absolutamente que $1 = 0$. Contudo, se considerarmos uma proposição como um conjunto de mundos possíveis, o conjunto em que (11) e (12) são verdadeiras é o mesmo: o conjunto vazio. Assim, a atitude de João para com as proposições (11) e (12) deveria ser a mesma — mas não é.

Similarmente, propriedades necessariamente coextensivas são indistinguíveis. Consideremos o exemplo clássico das propriedades de *trilateralidade* e *triangularidade*: um objeto é um triângulo se e somente se é um trilátero. Mas não diríamos que “ter três lados” e “ter três ângulos” expressam a mesma propriedade.

13 LEWIS, D. K. *Counterfactuals*. Oxford: Basil Blackwell, 1974, p.84.

14 Por exemplo, Charles Chihara mostra que, para garantir a existência de mundos possíveis, o realismo atualista de Alvin Plantinga usa princípios que permitem a derivação de paradoxos. Cf. CHIHARA, C. S. *The Worlds of Possibility*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p.120-41.

15 LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p.3-4.

16 Cf. YAGISAWA, T. “Beyond Possible Worlds.” *Philosophical Studies* 53 (1988), 175-204.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

Finalmente, parece que não temos uma semântica adequada para enunciados contralógicos e contrametafísicos. Por exemplo:

(13) Se o princípio de não contradição não valesse, o mundo seria muito esquisito.

(14) Se o princípio de não contradição não valesse, o mundo não seria muito esquisito.

Tais enunciados são chamados de contralógicos em virtude de o antecedente considerar a violação de algum princípio lógico. Pela análise proposta para contrafactuais, as condições de verdade seriam formuladas para eles seriam formuladas como:

(13') em todos os mundos em que o princípio de não contradição não vale, o mundo é muito esquisito;

(14') em todos os mundos em que o princípio de não contradição não vale, o mundo não é muito esquisito.

No entanto, é claro que, em ambos os casos, o conjunto de mundos em que o antecedente é verdadeiro é vazio — o princípio de não contradição valem em *todos* os mundos. Não temos, assim, como distinguir (13) de (14). Também não conseguiríamos tratar adequadamente de condicionais contrametafísicos, como ‘se houvesse solteiros casados ...’ e assim por diante.

4. Um realismo genuíno impossibilista?

Uma das estratégias propostas para remediar tais deficiências é postular a existência não apenas de mundos possíveis, mas também a de *mundos impossíveis*.

Antes de mais nada, porém, uma objeção: se uma teoria precisa postular mundos impossíveis, ela deveria ser rejeitada, já que não existem e nem podem existir mundos impossíveis. Essa parece ser a posição de alguns autores como Margaret Naylor, por exemplo. Em seu artigo, a autora procura mostrar que, se o argumento da paráfrase serve para justificar a crença em mundos possíveis, também pode justificar a crença em mundos impossíveis. Poderíamos argumentar assim: as coisas *não poderiam* ter sido desse ou daquele modo; há assim *modos como as coisas não poderiam ter sido*, etc. — vamos denominá-las “mundos impossíveis”!¹⁷ A autora parece apresentar seu argumento como uma rejeição do realismo modal genuíno de Lewis, pois teria a consequência indesejável de admitir mundos impossíveis.

No entanto, parece que precisamos também de mundos impossíveis em nossa ontologia: “excluir mundos impossíveis é, por si mesmo, uma grave deficiência, pois a semântica precisa de mundos impossíveis”¹⁸. Mas o que são essas coisas, esses “mundos impossíveis”?

Os exemplos mais costumeiros seriam, sendo P alguma proposição:

- um mundo em que P e $\neg P$ são ambas verdadeiras (contra o princípio de não contradição);
- um mundo em que P e $\neg P$ são ambas falsas (contra o princípio do terceiro excluído).

É claro que, nos casos acima, estamos falando de impossibilidade *lógica*. Impossibilidades “relativas”, como impossibilidade física, podem ser facilmente tratadas usando mundos possíveis

17 Cf. NAYLOR, M. “A Note on David Lewis’s Realism About Possible Worlds.” *Analysis* 46 (1986), 28-9.

18 LYCAN, W. *Modality and Meaning*. Dordrecht: Kluwer, 1994, p.39.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

apenas — mundos fisicamente impossíveis (para certo mundo), por exemplo, são mundos possíveis inacessíveis a tal mundo (por terem diferentes leis naturais).

No caso da impossibilidade lógica, é importante lembrar que há vários sistemas de lógica. Assim, poderíamos dizer que um mundo w é impossível, de acordo com certa lógica L , se (i) em w valem coisas que não valem em nenhum dos modelos de L , ou (ii) em w deixam de valer coisas que valem em todos os modelos de L .

Porém, de que impossibilidade estamos falando ao considerar mundos impossíveis: impossibilidade lógica ou metafísica? Parece que a possibilidade lógica é permissiva demais; o que é logicamente possível nem sempre é possível. Pode (logicamente) haver solteiros casados, objetos vermelhos que não sejam coloridos, e tigres que sejam carneiros — se considerarmos os modelos para o cálculo de predicados de primeira ordem. Em um modelo para uma linguagem de primeira ordem, os predicados são interpretados através de sua extensão — a função interpretação simplesmente associa a cada predicado um subconjunto do universo do modelo, e nada impede que uma função associe aos predicados ‘solteiro’ e ‘casado’ dois conjuntos cuja intersecção não seja vazia. Apesar disso, somos fortemente tentados a dizer que não é possível que existam solteiros casados, e assim por diante.

Não precisamos tomar aqui uma posição a respeito disso, pois, seja como for, para David Lewis um mundo contraditório é um mundo impossível, e tais mundos não existem. Lewis argumenta brevemente contra esses mundos em *On the Plurality of Worlds*, dizendo que, se houvesse um mundo contraditório, o mundo real também o seria¹⁹. E ele procura resolver o problema de distinguir entre diferentes proposições necessárias através de uma teoria estruturada de proposições, mas o sucesso de tal estratégia é discutível²⁰.

Em resumo, mesmo que David Lewis não tenha admitido essa opção, o que aconteceria se estendêssemos seu realismo genuíno para um *realismo genuíno impossibilista*? Essa é a sugestão de T. Yagisawa²¹.

Recordemos que um dos argumentos para aceitar mundos possíveis é a utilidade da teoria. Assim, se postular mundos impossíveis resolvesse todos os problemas resolvidos pela teoria original, bem como problemas adicionais, teríamos uma teoria mais útil e assim mais aceitável.

Segundo Yagisawa, um realismo genuíno impossibilista teria todas as vantagens do realismo de Lewis, bem como as seguintes vantagens adicionais: primeiro, poderíamos tratar adequadamente de *geometrias alternativas do espaço lógico* (por exemplo, um mundo w' acessível a w poderia ser inacessível; poderia ter havido mais mundos possíveis do que há; fatos lógicos como o princípio de não contradição poderiam não ter validade irrestrita etc.). Segundo, teríamos uma teoria de proposições e propriedades que distinguísse entre diferentes proposições necessárias (e entre diferentes proposições impossíveis), bem como entre propriedades necessariamente coextensivas. Terceiro, teríamos uma análise adequada as condições de verdade de enunciados contralógicos e contrametafísicos, feita à semelhança da análise dos contrafactuais.

19 LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p.7, nota 3.

20 Cf. YAGISAWA, T. “Beyond Possible Worlds.” *Philosophical Studies* 53 (1988), 175-204, em especial p.193-4.

21 YAGISAWA, T. “Beyond Possible Worlds.” *Philosophical Studies* 53 (1988), 175-204. É preciso observar, contudo, que Yagisawa defende uma tese condicional: se devemos aceitar o realismo genuíno, então devemos aceitar também uma extensão sua com mundos impossíveis (p.203). Cabe ao leitor aceitar o antecedente (e logo o conseqüente) desse condicional, ou rejeitar o conseqüente (não há mundos impossíveis) rejeitando por meio disso o próprio realismo genuíno.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

Precisamos, porém, examinar com cuidado esse proposta, para verificar se a esperada utilidade adicional de fato é obtida. Ao comentar teorias que sugerem mundos impossíveis, John Divers faz uma espécie de análise custo/benefício e, para ser uma alternativa aceitável ao realismo genuíno, um realismo genuíno impossibilista precisaria garantir:

- (D1) que haja uma maneira não modal de garantir a existência de mundos impossíveis suficientes para servir de fundamento ontológico para toda impossibilidade;
 (D2) que haja uma maneira não modal de distinguir mundos possíveis de impossíveis²².

Parece-me que um realismo genuíno impossibilista poderia responder à primeira das exigências. Ao tentar responder críticas sobre a plenitude do espaço lógico, David Lewis faz uso de um *princípio de recombinação*:

Digamos que um mundo *copia* uma classe de indivíduos possíveis, talvez de vários mundos diferentes, se e somente se ele contém duplicatas, que não se sobrepõe, de cada indivíduo naquela classe. O princípio de recombinação ... diz que, dada uma classe de indivíduos possíveis, há um mundo que copia aquela classe ... “desde que o tamanho e forma do espaço-tempo o permitam”²³.

Se isso é aceitável, poderíamos ter um princípio de recombinação estendido, assim formulado: dada uma classe de indivíduos *possíveis*, há um mundo *possível* que copia essa classe, e dada uma classe de indivíduos que contenha pelo menos um indivíduo *impossível*, há um mundo *impossível* que copia essa classe — em ambos os casos, desde que o tamanho e forma do espaço-tempo o permitam. Isso pareceria garantir a existência de mundos impossíveis para servir de fundamento ontológico a todas as impossibilidades.

Mas ainda que isso seja aceitável, outros problemas permanecem. Em primeiro lugar, temos uma complicação adicional nas condições de verdade para sentenças modais. Na versão original, tínhamos:

- é possível que P TM existe um mundo possível w tal que, em w , P ;
 é impossível que P TM não é possível que P .

Acrescentando mundos impossíveis, teríamos uma nova condição:

- é impossível que P TM existe um mundo *impossível* w tal que, em w , P , e não existe nenhum mundo *possível*, w' , tal que, em w' , P .

Esse seria um problema menor — condições de verdade mais complicadas poderiam indicar que a teoria estendida não é tão útil quanto a original —, mas, em minha opinião, não há como satisfazer (D2).

Em primeiro lugar, um princípio modal fundamental é: $P \rightarrow \Diamond P$ (*ab esse ad posse*), ou seja, o que quer que exista é, no sentido mais amplo da palavra, possível. Digamos que exista um objeto impossível em algum mundo: um tetraedro esférico incolor e inteiramente vermelho. O fato dessa

22 Cf. DIVERS, J. *Possible Worlds*. London: Routledge, 2002, p.69.

23 LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986, p.101.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------

existência já garantiria que *tais objetos são possíveis*. (Lembremos que o “modo de existência” é o mesmo em todos os mundos, que os outros mundos são o mesmo tipo de entidade que o nosso.) A única maneira de separar mundos impossíveis de mundos possíveis, assim, já pressuporia noções modais, eliminando uma das vantagens do realismo genuíno, que pretende ser uma análise reduitiva (extensional) das modalidades.

A esse respeito, é mister observar que o fato de haver pelo menos um mundos contraditório não trivializa o realismo genuíno, como poderia parecer à primeira vista. O mundo real passaria a ser contraditório, como argumenta Lewis. Mas a consequência é que contradições verdadeiras passam a ser possíveis, apenas isso: estávamos enganados a respeito da validade irrestrita do princípio de não contradição.

Mas o problema real, como já tive ocasião de observar²⁴, é outro. Se precisamos um fundamento ontológico para cada impossibilidade, então há um *mundo trivial* (um mundo em que todas as proposições são verdadeiras). Isso porque, não é possível que todas as proposições (inclusive todas as proposições sobre nosso mundo real) sejam verdadeiras. Logo, se (D1) vale, há um mundo impossível em que todas as proposições (e todas sobre o mundo real) são verdadeiras. Mas se são todas verdadeiras, tudo vale no mundo real: o mundo real é trivial, assim como qualquer outro mundo. Mas o mundo real, ainda que possa conter contradições verdadeiras, certamente não é trivial. Em consequência disso, parece não haver como satisfazer o requisito (D1), e um realismo genuíno impossibilista não tem as vantagens que diz ter em relação ao realismo genuíno de Lewis.

Em conclusão: um realismo modal genuíno e impossibilista não é defensável. Isso, contudo, nos deixa com um problema, já que, como vimos acima, se autores como Lycan estão certos, a semântica *precisa* de mundos impossíveis. O caminho via mundos impossíveis concretos está fechado ao realismo modal genuíno — resta saber se há alguma outra solução que preserve o reducionismo modal que é uma das virtudes da teoria.

Referências

- CHIHARA, C. S. *The Worlds of Possibility: Modal Realism and the Semantics of Modal Logic*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- DIVERS, J. *Possible Worlds*. London: Routledge, 2002.
- JUBIEN, M. “Problems with Possible Worlds.” In AUSTIN, D. F. (Ed.) *Philosophical Analysis*. Dordrecht: D. Reidel, 1988, p.299-322.
- LEWIS, D. K. *Counterfactuals*. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- LYCAN, W. “The trouble with possible worlds.” In LOUX, M. J. (Ed.) *The Possible and the Actual: Readings in the Metaphysics of Modality*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1979, 274-316.
- LYCAN, W. *Modality and Meaning*. Dordrecht: Kluwer, 1994.
- MORTARI, C. A. “Realismos modais e mundos impossíveis.” In *Filosofia e História da Ciência do Cone Sul: Seleção de Trabalhos do 5o Encontro*. Campinas, SP: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), 2008, p.109-16.
- NAYLOR, M. “A Note on David Lewis’s Realism About Possible Worlds.” *Analysis* 46 (1986), 28-9.
- PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1974.
- YAGISAWA, T. “Beyond Possible Worlds.” *Philosophical Studies* 53 (1988), 175-204.

24 MORTARI, C. A. “Realismos modais e mundos impossíveis.” In *Filosofia e História da Ciência do Cone Sul: Seleção de Trabalhos do 5o Encontro*. Campinas, SP: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), 2008, p.109-16.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p. 3-15
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	---------